

**ILÚSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMPANHIA CATARINENSE DE
ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN – ESTADO DE SANTA CATARINA**

Ref.: Pregão Presencial n.º 29/2013

PROTOCOLADO EM 15/09/2013 13:34 00001263

ANDRADE SERVIÇOS GERAIS LTDA EPP inscrita no CNPJ n.º 04.231.640/0001-63 com sede à Rua Sete de Setembro, 327 – Centro – CEP: 83.323-270 – Pinhais/Paraná, neste ato representada por seu sócio gerente abaixo assinado, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da inabilitação, pelas razões de fato e fundamentos de direito que passa a expor.

Aos 09 dias do mês de outubro do ano de 2013, as 09:30 horas, na sala de licitações, ocorreu a abertura dos envelopes em que a empresa supracitada fora inabilitada de participar do certame de forma equivocada, pois houve um julgamento prévio e sem embasamento legal para a desclassificação da Recorrente.

Não foram respeitados preceitos da LC 123/2006, que de acordo com o item 4.4 do Edital de Abertura da Licitação do pregão em pauta,

regeria as Empresas de Pequeno Porte, pois violaram a modalidade do pregão acerca do menor preço e ainda justificaram a desclassificação da empresa ANDRADE sob argumento de que esta não havia cotado pagamento de contribuição assistencial e patronal.

Além de a questão da não cotação da contribuição patronal não merecer prosperar face a violação de preceitos legais, houve ainda a questão de classificação por parte de empresas em que o preço ofertado era muito superior ao ofertado pela ANDRADE, não respeitando assim a modalidade do pregão no que tange ao atingimento do menor preço.

I - DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DO PREGÃO – MODALIDADE MENOR PREÇO

O procedimento do pregão, visa à redução de custos, a celeridade e aquisição de melhor preço de bens e serviços comuns.

No julgamento das propostas será adotado o critério de menor preço, observadas as especificações técnicas e parâmetros de aferição de desempenho elencados no edital, como dispõe o Art. 4, inc. X da Lei n. 10.520/2002.

Pois bem, a empresa ANDRADE ficou em 3ª colocada no quesito menor preço, todavia é a empresa que apresenta o menor preço, pois apresentou em seu lance a cotação do adicional de insalubridade para os postos de estação e tratamento de esgoto, assim levando-se em consideração que cotou um item obrigatório requisitado ao longo do edital (esclarecimento de n. 1, pergunta n. 3 – edital 29/2013), qual seja ao do pagamento do adicional de insalubridade, vez que as duas primeiras colocadas (Proserv Assessoria e



Conservação de Pessoa LTDA e Intercept LTDA) não cotaram tal quesito, tem-se que a empresa ANDRADE possui o menor preço, e as melhores condições de contrato.

Desta forma houve violação ao art. 4, inc, X da Lei n. 10.520/2002, no que tange a contratação de empresa que oferte o menor preço, pois no caso apresentado não foi o que ocorreu, vez que as duas primeiras colocadas não realizaram a cotação de um item obrigatório para continuidade no certame.

Insta ainda salientar no que concerne a questão da modalidade de pregão buscar o menor preço, que a empresa vencedora do certame possui um valor muito superior ao que fora lançado pela ANDRADE, novamente houve violação a preceito legal da modalidade do pregão, em relação a contratação pelo menor preço.

Nesta senda, ao não respeitar a modalidade do pregão no que tange ao menor preço, houve por parte da administração pública violação ao interesse público, pois este deve sempre prevalecer sobre o interesse privado e ao não contratar uma empresa que oferte menores preços acaba por cometer gastos desnecessários com o erário PÚBLICO, havendo claramente afronta ao art. 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte (...)

Desta forma, houve desrespeito a nossa Carta Magna, art. 37, bem como a Lei n. 10.520/2002, pois alguns preceitos básicos do pregão foram



desrespeitados.

Cumpre informar que mesmo a empresa ANDRADE possuindo o menor preço, como acima demonstrado, o argumento para a desclassificação desta fora outro, qual seja o de não possuir cotação para contribuição assistencial e patronal, assim a empresa sequer pode explicar que possui o menor preço, tendo em vista que realizou a cotação do adicional de insalubridade, perante as demais empresas, pois de pronto fora desclassificada.

Entretanto tal argumento para a inabilitação não deve prosperar, pois afronta preceitos legais de cunho nacional.

II - DESCLASSIFICAÇÃO INDEVIDA – ARGUMENTAÇÃO INVÁLIDA

O argumento utilizado para a desclassificação da empresa ANDRADE, acerca de que esta não respeitou o edital vez que não cotou preços de contribuição assistencial e patronal não é válido uma vez que a empresa ANDRADE SERVIÇOS GERAIS é uma EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), optante pelo Simples, assim de acordo com a Lei complementar n. 123/2006 não exige tal contribuição como elencado em seu artigo 13, § 3º, *in verbis*:

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições: (...)

§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as

contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o art. 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomo. (grifo e negrito nosso)

Pois bem, de acordo com o dispositivo legal supracitado há o entendimento de que em se tratando de Empresa de Pequeno Porte NÃO HÁ OBRIGATORIEDADE ao pagamento da contribuição assistencial e patronal.

Cumpre frisar que tal dispensa, elencada no art. 13, § 3º da LC 123/2006, compreende, também, a contribuição sindical patronal (prevista no art. 149 da Constituição Federal/88), pois a Lei Complementar 123 não restringe o alcance da expressão "demais contribuições instituídas pela União".

Aliado a este entendimento trazido pela LC 123/2006, a Portaria MTE 5/2013, estabelece que, embora a contribuição sindical seja de recolhimento obrigatório, em **alguns casos**, como entidades sem fins lucrativos, **micros e pequenas empresas optantes pelo SIMPLES**, empresas que não possuem empregados e órgãos públicos, a **contribuição sindical não é devida**, como a seguir aduzida:

Portaria MTE 5/2013 – item B.8.1 – Alinea “b”

“b: embora seja de recolhimento obrigatório, a contribuição sindical não é devida em alguns casos, a saber: entidades sem fins lucrativos, micros e pequenas empresas optantes pelo SIMPLES, empresas que não possuem empregados e órgãos públicos”; (grifo nosso)

Com o intuito de reforçar o disposto pela portaria MTE 5/2013, houve ainda a emissão de uma nota técnica pela Coordenação Geral de Relações do Trabalho do TEM: **Nota Técnica CGRT/SRT 02/2008** a qual dispõe sobre a **dispensa do recolhimento da Contribuição Sindical Patronal pelas ME e EPP**

optantes pelo Simples Nacional.

Salienta-se ainda que o tema já fora levado ao Supremo Tribunal Federal, o qual obteve o entendimento pela não obrigatoriedade do pagamento da contribuição sindical em pauta, conforme disposto na ADI n. 4033, *in verbis*:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL. ISENÇÃO CONCEDIDA ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. SIMPLES NACIONAL ("SUPERSIMPLES"). LEI COMPLEMENTAR 123/2006, ART. 13, § 3º. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS ARTS. 3º, III, 5º, CAPUT, 8º, IV, 146, III, D, E 150, § 6º DA CONSTITUIÇÃO.

(...) Rejeitada a alegação de violação da reserva de lei específica para dispor sobre isenção (art. 150, § 6º da Constituição), uma vez que há pertinência temática entre o benefício fiscal e a instituição de regime diferenciado de tributação. Ademais, ficou comprovado que o Congresso Nacional não ignorou a existência da norma de isenção durante o processo legislativo.3. **A isenção concedida não viola o art. 146, III, d, da Constituição, pois a lista de tributos prevista no texto legal que define o campo de reserva da lei complementar é exemplificativa e não taxativa.** Leitura do art. 146, III, d, juntamente com o art. 170, IX da Constituição.3.1. **O fomento da micro e da pequena empresa foi elevado à condição de princípio constitucional, de modo a orientar todos os entes federados a conferir tratamento favorecido aos empreendedores que contam com menos recursos para fazer frente à concorrência.** Por tal motivo, a literalidade da complexa legislação tributária deve ceder à interpretação mais adequada e harmônica com a finalidade de assegurar equivalência de condições para as empresas de menor porte. (...) Ação direta de inconstitucionalidade conhecida, mas julgada improcedente. (STF – ADI 4033)

Com o julgado transcrito não há que se questionar a constitucionalidade e validade da LC 123/2006, no que concerne ao ser art. 13, § 3º, uma vez que o rol trazido por este artigo é meramente exemplificativo e ainda as



empresas de Pequenos Porte optantes pelo Simples, que é o caso da Recorrente, podem ser dispensada do pagamento, ou seja, não há que se falar em obrigatoriedade, desta feita a justificativa pela Inabilitação ao certame não é válida, uma vez que afronta um norma plenamente cogente e constitucional.

Ainda vale colacionar julgado do TRT da 9ª Região, que coaduna do entendimento da Isenção/não obrigatoriedade ao pagamento da contribuição assistencial patronal:

TRT-PR-22-05-2012 APLICAÇÃO DO ART. 285-A DO CPC NO PROCESSO DO TRABALHO. COMPATIBILIDADE. NULIDADE INEXISTENTE. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL PATRONAL. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. ISENÇÃO (...) Comprovada a condição de microempresa e/ou empresa de pequeno porte, é de ser aplicado o entendimento sedimentado pelo STF (ADI 4033) de que estas empresas optantes pelo Simples Nacional são isentas das contribuições sociais, especialmente a contribuição sindical patronal. Recurso Ordinário do Autor conhecido e desprovido. (TRT – 9ª – Processo: 717201123907 PR 717-2011-23-9-0-7 – Relator: Cassio Colombo Filho, Publicação em 22/05/2012).

Insta informar ainda, que não bastam as normas e julgados acima elencados, existe entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, que coaduna da não obrigação ao pagamento da Contribuição de assistência Patronal, no que concerne a Empresas que não estejam associadas a este sindicato, no seguinte julgado, senão vejamos:

TST: cobrar contribuição de empresa não filiada a sindicato é desrespeito. As empresas não podem ser obrigadas a pagar contribuições assistenciais a entidade sindical à qual não são associadas. Assim a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho se posicionou, ao aprovar voto do ministro Renato de Lacerda Paiva que revogou condenação neste sentido imposta a



uma empresa do Rio Grande do Sul. A GPEL – Participação e Administração de Negócios Ltda. foi condenada pela 40ª Vara do Trabalho de Porto Alegre ao pagamento de contribuições assistenciais patronais referentes a acordos coletivos firmados com a categoria de sua atividade econômica, em ação de cumprimento movida pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul. Alegando o fato de jamais ter sido vinculada à entidade autora da ação, a empresa contestou a decisão, inicialmente, no Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região (RS). O TRT rejeitou o recurso, por julgar que a contribuição, uma vez respaldada em acordos coletivos firmados com a categoria, poderia ser cobrada do empregador, independentemente de sua vinculação ao sindicato patronal, da mesma forma que a parcela correspondente ao empregado é devida, em favor do respectivo sindicato, sendo o trabalhador associado ou não. Inconformada, a empresa apelou ao TST, sustentando que não poderia ser compelida ao pagamento de uma obrigação aplicável tão-somente aos sócios do sindicato patronal. O relator da matéria, ministro Renato de Lacerda Paiva, considerou tratar-se de caso típico de desrespeito ao princípio de liberdade de associação, previsto na Constituição Federal. Segundo Lacerda Paiva, tendo a CLT, à luz da liberdade sindical, condicionado a contribuição assistencial à autorização expressa do trabalhador, esse mesmo princípio é aplicável, por analogia, ao empregador. (...) (RR-590/1998-026-04-40.9)

Desta feita, em sendo a empresa ANDRADE SERVIÇOS GERAIS LTDA ME uma EPP (empresa de pequeno porte) optante pelo simples nacional, e ainda não estando filiada ao sindicato patronal, não há que se falar em obrigatoriedade do pagamento desta contribuição, conforme fundamentações elencadas acima, estando assim a empresa de acordo com preceitos legais já expostos, sendo esta hábil a concorrer ao certame.

Nesta senda a empresa encontra-se amparada legalmente a não elaboração de cotação de assistência patronal, uma vez que **NÃO EXISTE OBRIGATORIEDADE AO SEU PAGAMENTO** no caso em concreto, conclui-se,



portanto que não há justificativa plausível a INABILITAÇÃO da empresa ao certame.

Salienta-se que no edital da presente licitação fora estabelecido no item 4.4 que as micro empresas e as Empresas de Pequeno Porte seriam regidas pela LC 123/2006, todavia com a inabilitação da empresa ANDRADE pautado sob a justificativa do não pagamento da contribuição de assistência patronal, este pregão não se baseou na LC 123, pois violou preceitos acerca do art. 13, § 3º que é vigente, válido e constitucional.

Em suma foram desrespeitados diversos preceitos legais no Pregão, objeto de questionamento, uma vez que houve a classificação de empresas que não haviam cotado itens como o adicional de insalubridade, mas houve a desclassificação da empresa ANDRADE que realizou a cotação de um item obrigatório, qual seja, o adicional de insalubridade, mas por não ter cotado um item NÃO OBRIGATÓRIO por lei, vez que existe a isenção ao pagamento da contribuição assistencial e patronal a Empresas de Pequeno Porte fora inabilitada do certame, de forma injustificada e sem embasamento plausível para tal, pois não se pautou em momento algum pela LC 123/2006.

III - DO PEDIDO

a) *Ex positis* e considerando que está devidamente comprovado que a Recorrente foi desclassificada sem embasamento legal e ante as desvantagens a qual esta fora submetida com relação aos demais concorrentes, requer seja mantida a habilitação da empresa **ANDRADE SERVIÇOS GERAIS LTDA EPP**. no certame licitatório aqui referenciado;



b) Requer ainda, seja o presente recurso encaminhado a superior hierárquico para apreciação.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Pinhais, 11 de outubro de 2018.



ANDRADE SERVIÇOS GERAIS LTDA. - EPP
GUILHERME GONÇALVES DE ANDRADA
SÓCIO GERENTE

04.231.640/0001-63
ANDRADE SERVIÇOS
GERAIS LTDA. - EPP
RUA SETE DE SETEMBRO, 327
CENTRO - CEP 83323-270
PINHAIS - PR